

PARECER JURÍDICO – RUBIATABA Nº 315/2024

DISPENSA

DIREITO ADMINISTRATIVO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR TOTAL E SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL OBRIGATÓRIA – RCO PARA VEÍCULOS QUE COMPOEM A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RUBIATABA., CONFORME DETALHADO NO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE DOS AUTOS. POSSIBILIDADE. ARTIGO 75, II DA LEI Nº 14.133/2021.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 072/2024

PROCESSO Nº 06745/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 072/2024

INTERESSADO: MUNICÍPIO DE RUBIATABA – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

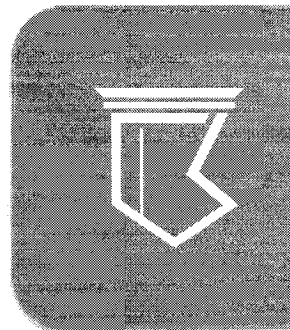
ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR TOTAL E SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL OBRIGATÓRIA – RCO PARA VEÍCULOS QUE COMPOEM A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RUBIATABA.

I. RELATÓRIO:

1. Cuida-se de Parecer Jurídico para análise da viabilidade da contratação descrita acima, conforme descritivo constante do termo de referência, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rubiataba – Goiás.

2. Os autos vieram instruídos com os seguintes documentos:

- a. Documento de Formalização de Demanda;
- b. Solicitação devidamente aprovada;
- c. Estudo Técnico Preliminar;
- d. Termo de Referência;
- e. Solicitações;
- f. Extrato da doação do veículo para a Secretaria Municipal de Assistência Social;
- g. Termo de Doação nº 160/2024;
- h. Processo nº 71000.061965/2023.11;
- i. Documentos comprobatórios da pesquisa prévia de preços;
- j. Estimativa de Preços com a documentação comprobatória da pesquisa de preços.
- k. Termo de Justificativa da Escolha do Prestador de Serviços e do preço;
- l. Declaração da contabilidade com Estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração de compatibilidade da despesa com as leis municipais orçamentárias;



PARECER JURÍDICO

- m. Declaração de existência de recursos financeiros orçamentários da Secretaria Municipal de Finanças;
- n. Termo de Autuação;
- o. Documentação de Habilitação da empresa escolhida;
- p. Decreto nº 1.024/2023 -que dispõe sobre a nomeação da Agente de Contratação e equipe;
- q. Portaria nº 549/2022 de Nomeação da Fiscal de Contrato.
- r. Solicitação de Parecer Jurídico

3. O processo em questão requer parecer jurídico (art. 72, inciso III, da lei nº. 14.133/21), acerca da dispensa de licitação para a contratação em análise, conforme descritivo constante do termo de referência, para atender as necessidades do município de Rubiataba – Goiás, conforme termo de referência em anexo.

II. DA ANÁLISE DO PROCEDIMENTO

2.1. Da Abertura do Processo Administrativo

Observamos que a contratação foi solicitada, por autoridade competente, conforme as solicitações constantes do processo.

Consta nos autos o Documento de Formalização de Demanda (DFD), para dar início ao processo, em obediência ao art. 72, I da Lei 14.133/2021.

2.2. Do Estudo Técnico Preliminar:

Consta nos autos o Estudo Técnico Preliminar.

2.3. Do Termo de Referência/Projeto Básico:

Consta nos autos o Termo de Referência elaborado pelo setor requisitante, com a definição e especificações do objeto, bem como forma de execução, do prazo de execução e vigência do contrato, das condições de pagamento, entre outras cláusulas, de forma suficiente ao que dispõe o artigo 6º, XXIII.

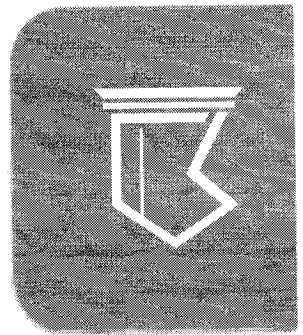
2.4. Da estimativa da Contratação:

Consta nos autos documento de levantamento de preços, com pesquisas junto a outros prestadores de serviços com a justificativa de que pela especificidade do objeto não foi possível conseguir cotações em painel de preços ou no PNCP.

O valor total médio mensal estimado para a contratação encontrado foi de R\$ 5.825,05 (cinco mil oitocentos e vinte e cinco reais e cinco centavos), de acordo com as pesquisas realizadas pelo Departamento de compras do Município.

2.5. Da justificativa da escolha do prestador de serviços e do preço

Consta nos autos o Termo de Justificativa da Escolha do Prestador de Serviços e do Preço em conformidade com o que exige o artigo 72, VI e VII da Lei 14.133/2021;



PARECER JURÍDICO

Destacamos que para a contratação em questão foi escolhida pela administração quatro empresas para a contratação, de acordo com as propostas de menor valor para cada item.

2.6. Da existência de saldo e previsão orçamentária

Consta nos autos Declaração, emitida pelo Contador responsável, de existência de previsão orçamentário.

2.7. Dos Recursos e do Impacto Financeiro

Verificamos nos autos também a Certidão de impacto financeiro emitido pela Secretaria Municipal de Finanças.

2.8. Da autuação

O processo foi autuado, conforme Termo de Autuação constante dos autos, como Dispensa de Licitação nº 072/2024.

2.9. Dos Agentes de Contratação e sua legitimidade

Estão atuando neste processo a Agente de Contratação do Município juntamente com a Comissão de Contratação, nomeadas pelo Decreto Municipal nº 1.024/2023, que consta cópia nos autos.

2.10. Da verificação de Habilitação.

Consta nos autos a verificação da habilitação conferida pela Agente de Contratação, em conformidade com o inciso V do artigo 72 da Lei 14.133/2021.

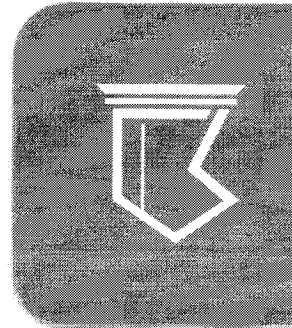
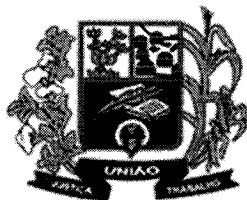
É o relatório, passo a opinar:

III. DA ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO

3. A licitação pública, em regra, é obrigatória, de acordo com os princípios regentes da Administração Pública, que visam proteger o interesse público de atos imorais, marcados pela pessoalidade e, com destaque, que imputem aos membros da coletividade tratamento discriminatório. O princípio basilar da licitação pública é o princípio da isonomia, pelo que se impõe a ela realizar procedimento administrativo, denominado licitação pública. Como o caput do artigo 5º da Constituição Federal abriga o princípio da isonomia, ele já fornece subsídio normativo suficiente para que se conclua pela obrigatoriedade de licitação pública.

4. Além disso, o constituinte houve por bem, para não permitir espaço a interpretações distorcidas, realçar que a licitação pública é efetivamente obrigatória, inserindo, no capítulo referente à Administração Pública, o inciso XXI do artigo 37, vejamos:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos



PARECER JURÍDICO

da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

5. A licitação nos contratos, portanto, é a regra, porém, assim como fazia a Lei Federal 8.666/1993, a Lei Geral de Licitações e Contratos nº 14.133/2021 apresenta situações especiais em que poderá ocorrer a contratação direta, seja por inexigibilidade de licitação ou por dispensa da licitação nas contratações públicas.

6. A inexigibilidade de licitação ocorre quando a competição entre os interessados na contratação é inviável; já a dispensa de licitação é possível quando a competição é viável, porém a realização da licitação poderia comprometer o interesse público.

7. É sabido que a licitação pública, em determinados casos, em vez de proteger o interesse público, acaba impondo-lhe agravos e prejuízos. Se a licitação compromete a satisfação do interesse público, desse que prevista em lei, não deve ser realizada, e é DISPENSADA.

8. O Artigo 75, II da Lei nº 14.133/2021 dispõe que:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

9. No caso em comento, verifica-se que a contratação pretendida está em conformidade com o artigo 75, no inciso II, supracitado, pois conforme estimativa da despesa constante dos autos, o valor desta contratação está inferior ao limite legal estabelecido no dispositivo supracitado.

10. A contratação direta, por DISPENSA DE LICITAÇÃO, em razão do valor a ser contratado, encontra fundamento no Princípio da Economicidade, cujo teor é conexo com o Princípio da Proporcionalidade, na medida em que deve haver relação proporcional entre os gastos da Administração Pública com o procedimento e as vantagens a serem auferidas com ele.

11. Diante dos motivos acima, considerando que a contratação está em conformidade com o inciso II, do art. 75, Lei nº 14.133/2021, entendemos ser possível e regular a realização da contratação de forma direta.

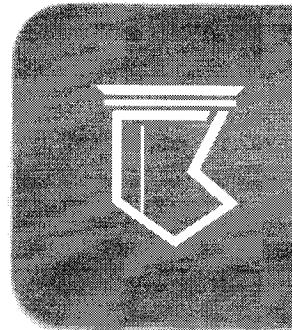
12. Destacamos que não há ilegalidade na realização da contratação via Dispensa, de forma que manifestamos favoravelmente pela contratação por meio da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 072/2024.

IV. DA CONCLUSÃO

13. Diante de todo o exposto, opinamos pela possibilidade jurídica da contratação direta por DISPENSA DE LICITAÇÃO para a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE
RUBIATABA



PARECER JURÍDICO

DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR TOTAL E SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL OBRIGATÓRIA – RCO PARA VEICULOS QUE COMPOEM A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RUBIATABA com a empresa escolhida e justificada.

14. Ressaltamos, ainda, que a decisão de mérito acerca da conveniência, oportunidade, necessidade e viabilidade orçamentária fica a cargo da autoridade gestora.

15. Acrescenta-se ainda, que o presente parecer tem caráter opinativo, ou seja, não vincula o administrador em sua decisão, cabendo a esse o juízo de valor e de oportunidade da contratação.

16. O Ato declaratório da DISPENSA deverá ser publicado pela administração no PNCP e no Portal da Transparência do Município

É o parecer.

Rubiataba – Goiás, 13 de agosto de 2024.


ANA CRISTINA RODRIGUES DA SILVA FRANÇA
OAB/GO 29.957